



## **A ESCOLA SECUNDÁRIA CEARENSE NO PERÍODO DE 1918-1930: UMA CONVERSA COM AS FONTES PRIMÁRIAS DO LICEU DO CEARÁ**

Joyce Carneiro de Oliveira (UFC)  
Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca (UFC)

### **Introdução**

Esse trabalho surge com o propósito de discutir o ensino secundário cearense após a I Guerra Mundial (1918) até o final da I República (1930), com o intuito de observar as reformas implantadas e as modificações que ocorriam na escola, tanto em decorrências dos decretos e leis, como pela atuação dos sujeitos que dela faziam parte. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, pautada em análise minuciosa de documentos oficiais como Decretos, Mensagens de Governo, Leis, Livros de Atas, Diários de Classe e Regimentos Internos do próprio Liceu do Ceará. A coleta de dados ocorreu no ano de 2006 nos arquivos públicos de Fortaleza e nos arquivos do próprio Liceu do Ceará.

É preciso dizer que, durante todo o período da Primeira República, até a década de 1940, quando foram criadas as Leis Orgânicas do Ensino, as reformas implantadas tentaram dar ao ensino secundário um sentido que fosse além do caráter preparatório, alcançando verdadeira formação educativa.

Dentre várias tentativas, algumas direcionavam o ensino à profissionalização ou ao curso superior que fosse escolhido. Outras confundiam 'aproximar a escola da necessidade social' com sobrecarregar o currículo com diversas disciplinas de caráter enciclopédico'. Como eixo central da organização do ensino secundário, funcionava o Colégio Pedro II, principal alvo das várias mudanças propostas pelos decretos e único estabelecimento secundário a cargo da União. Para além, havia os liceus e outras escolas provincianas que utilizavam termos como colégio, ginásio, etc. Mas era o Colégio Pedro II o exemplo de escola a ser seguido e seus moldes já haviam sido transplantados de outros países, em especial, França, Alemanha e Inglaterra e, após a divulgação das idéias liberais, os Estados Unidos da



América também entrariam para o rol da preferência. E no Ceará não funcionava de outra forma.

### 1 O ensino secundário cearense (1918-1930): um olho nas reformas e outro, na escola

No entanto, algumas particularidades puderam ser pontuadas. Nosso primeiro achado diz respeito às matrículas do Liceu do Ceará. O censo geral de 1920 indica que, no Brasil, havia cerca de 6 milhões de jovens, de ambos os sexos, entre 12 a 20 anos, com idade de estarem no ensino secundário, porém nem mesmo 1% o estaria recebendo.

No Ceará, a situação era parecida e apesar da criação de escolas secundárias públicas em Sobral e Crato, esse numero continuou reduzido, uma vez que as escolas só funcionaram por dois anos. Sendo assim, a única escola de ensino secundário pública de caráter geral era o Liceu. Vejamos:

Quadro 1 – Número de Matrículas do Colégio Liceu

Ano	Matrícula	♂	♀
1919	193	-	-
1920	184	162	22
1923	172	154	18
1924	128	113	15
1925	196	188	8
1931	318	294	24

Fonte: Série de Almanach do Ceará.

Conforme o quadro, a matrícula era restrita àqueles meninos que “sobreviviam” aos exames de admissão, assim como aos que conseguiam pagar as taxas que a escola exigia, inclusive para matrícula. Para Nagle (1976), a escassez de estabelecimentos define o caráter altamente seletivo do ensino secundário. As taxas, os selos e contribuições concorriam para que as escolas secundárias (públicas e particulares), além de reduzidas em números, fossem pagas e caras. Eram os afortunados que se beneficiavam do ensino secundário.

No período de 1918-1930, fica claro que a educação secundária era uma área privilegiada e sua organização escolar o meio eficaz para assegurar a tradição e consolidar a



hegemonia. Talvez esse exemplo se torne mais claro no momento em que comparamos essa escola com as condições na qual se encontrava o ensino primário, mediante algumas passagens retiradas de documentos oficiais da época:

Outros seguindo a regra geral, permitiam que, em suas escolas, os alunos se acomodassem para ler em pequenas caixas, que depois utilizavam para escrever, á guiza de carteiras, assentando-se no próprio solo. Era essa e ainda é, em muitas partes, a feição de que se reveste uma escola pública, cuja única representação visível, é a professora, com suas qualidades inerentes de falta de estímulo, e por vezes, de competência. (RELATÓRIO de Governo do Ceará, 1917. Seção sobre Instrução Pública, também encontrada em Mensagem Governamental de 1924).

Ainda sobre o Quadro 1 - Número de Matrículas do Colégio Liceu - destacamos a pequena quantidade de meninas que estudavam no Liceu do Ceará. Essa característica acompanhava o compasso nacional, como nos aponta Azevedo (1943, p. 650):

A educação feminina em nível secundário toma impulso, nas escolas normais, nos colégios de freiras e em outras instituições particulares de ensino, que já franqueavam à mulher desde os fins do século passado e, sobretudo, no século atual, em que, em 1907, como nos lembra Francisco Venâncio Filho, “concluía o curso secundário do bacharelado em letras, as primeiras duas jovens que a ele se aventuraram.

As fontes nos mostram que a verificação da inteligência humana, além de ser uma questão de raça, era também de gênero. As mulheres deviam conter-se em escolas normais e no magistério de crianças até 10 anos de idade, por motivos da falta de inteligência que lhes acometia o cérebro. Por isso, explica-se o pequeno número de meninas em escolas como o Liceu do Ceará e também a existência de apenas uma mulher no quadro docente no período analisado.

Até mesmo a tarefa de ensinar crianças ficava a cargo das mulheres, por conta do desinteresse dos homens em trabalhar com o magistério infantil:

Foi a economia que aconselhou a entrega do ensino primário ao sexo feminino, mas é patente que a formação professoral lenta, despendiciosa no centro mais civilizado do estado, quase adstringe as moças que se diplomam a aceitar somente aquele encargo nesta Capital ou nas suas imediações. Quase todos, filhos, famílias, não se podem transportar nem viver segregados de seus progenitores com os mínguaos vencimentos atuais. (RELATÓRIO de Governo do Ceará de 1919).





O retorno financeiro do magistério era tão desinteressante que, muitas vezes, as mulheres se dedicavam a essa atividade só enquanto não encontravam um casamento. No Relatório de Governo dirigido à Assembléia Legislativa do Ceará, em 1918, o relator confirma que os defeitos do sistema escolar da época resultavam tanto da sua (des)organização quanto pela forma como ele era praticado, destacando o fato de as professoras não encontrarem no próprio exercício do magistério o preciso estímulo para bem desenvolverem o dever de educar, sendo essa profissão apenas o “primeiro estagio, como provisório ganha-pão, que lhes vai ministrando os meios de subsistência, ate que se assegurem vida melhor”. (RELATÓRIO de Governo Ceará em 1918, p. 32).

A possibilidade de “vida melhor” seria pelo casamento, quando a jovem, mãe de família se ocuparia com os cuidados com o esposo, a casa, não realizando mais o exercício da profissão “a que se propôs ao receber o diploma.” (IBIDEM, p. 32).

Essas considerações vêm de molde a tornar uma verdade o que expus em minha última Mensagem. Só o professorado masculino, escolhido entre indivíduos cuja capacidade seja assegurada pelo certificado dos estudos que tenham realizado, e pelo resultado satisfatório das provas a que se submeterem é capaz de, senão realizar o milagre da perfeita difusão do ensino, ao menos minorar os defeitos que acidentalmente o inquinam. (MENSAGEM da Assembléia Legislativa do Ceará em 1918, p. 32).

Como já relatamos, a explicação que afastava as mulheres das escolas de ensino secundário possuía argumentos baseados na ciência da época e era de tom preconceituoso. Em 1910, a mulher adquiriu nos Estados Unidos da América a nomeação de “educadora da infância”, porém as autoridades pedagógicas, presidentes de universidades, superintendentes e diretores de institutos de instrução, se pronunciavam no sentido da superioridade do homem como educador (RELATÓRIO de Governo de 1919)

Essa predileção, segundo autor da época, Alberto Schiz (citado no Relatório de Governo do Ceará de 1919), dava-se pelo fato de o homem conseguir trabalhar melhor o conteúdo e a ordem, pois apenas a “consciência da mulher, sua paciência e porventura melhor



compreensão da natureza moral da criança, não supriam a sua ‘falta de sistema’.” O documento justifica o fato de que, nas escolas elementares, elas se saíam bem porque o objeto de ensino era claro e fácil: letras e algarismos. Assim era praticamente impossível que as professoras conseguissem complicar a tarefa de aprender.

Quando, porém se tratava de Gramática, diz o relatório de 1919:

O caso é outro; se enunciam claramente uma regra e as suas exceções, não conseguem explicar, aclarar, indicar relações com certo relevo e espontaneidade. Onde a paixão substitui o pensamento elas se avantajam algumas vezes ao homem. *Mas já fizeram baixar singularmente o nível literário na Inglaterra e na América do Norte, desde que se apoderaram desse domínio.* (Grifo nosso).

Partindo desse pressuposto, os organizadores do sistema educacional brasileiro e cearense passaram a questionar se o fato de o americano até o tempo em questão (1919) ter produzido tão pouco de original no domínio da ciência (muito embora importante), procederia, em parte, do insuficiente preparo das universidades americanas, que estariam sendo entregues às mulheres.

Acreditava-se mesmo que, além de reduzir a intelectualidade escolar, ter mulheres à frente do processo de ensino, causaria danos inclusive ao aspecto moral das crianças. Concluía-se que “Quando há alguns anos se estudaram o sistema de educação dos EUA uma das observações foi a decisiva influência na sociedade americana dessa educação por mulheres – influência quanto a falta de virilidade.” (RELATÓRIO de Governo de 1919).

Referindo-se à questão de ser preferível ou não entregar as escolas à regência do sexo feminino ou dividi-las com o masculino, Dr. Thomaz Pompeu, no Relatório citado anteriormente, escreveu: “Não há 70 anos, que muitos pais de família, entre nós, não só condenavam as raras escolas regidas por mulheres, como recusavam mandar ensinar suas filhas, sob o pretexto de que só para o mal lhes serve saber ler.”

Quando se tratava, porém, de entender os sentimentos das crianças, associavam às mulheres a melhor competência e isso justificaria, aliada à hipótese de ser mais econômico, a permanência feminina nas escolas: “A instrução que não educa é manca, e o melhor educador



é o que sabe apoderar-se dos sentimentos infantis para lhes sugerir noções e atos de uma moral superior.” (IBIDEM).

Assim, para a criança habituar-se à escola, eram entregues às professoras, que regiam as classes elementares, mas, após completarem dos 10 anos de idade, as mulheres não eram consideradas aptas para tal tarefa. Thomas Pompeu justifica:

Quando os meninos caminham para a puberdade, despertam-se-lhes sentimentos mais viris, precisam de exercícios físicos mais rudes e, sobretudo, de quem os inicie por atos, palavras, exemplos, a penetrarem com segurança nos meandros da vida pública. Se não falece a mulher o sentimento cívico, o amor da pátria, não tem por experiência pessoal, como o homem, o conhecimento e a prática dos deveres cidadãos. (IBID).

Nesse sentido, depois de certa idade, os meninos, especialmente os dos centros populosos, seriam *mais viciados e menos dóceis* do que as próprias meninas, criadas com muito zelo no meio doméstico. Por isso necessitariam de quem pudesse exercer mais autoritarismo sobre eles, dando-lhes inclusive uma formação cívica e utilitária.

Outro apontamento a respeito da época e também relacionado ao contexto do Decreto de 1918 (Decreto da Gripe) foi o papel que a escola, e também o Liceu do Ceará exerceram na divulgação das práticas higiênicas. Os principais motivos eram: i) o caráter educativo da escola, que favorecia a possibilidade de elaborar medidas de prevenção; ii) o pequeno número de estabelecimentos de assistência hospitalar no Brasil e no Ceará, que dificultava tanto o trabalho de prevenção, quanto o atendimento da população doente.

Uma série estatística de retrospectiva encontrada no Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística (IBGE) revela-nos como se deu, numericamente, o aparecimento dos estabelecimentos de assistência hospitalar no Ceará:





Quadro 2 – Número de Estabelecimentos de Assistência Hospitalar – Ceará

Ano	Número
1921	2
1926	7
1927	8
1929	9
1930	10

Pela impossibilidade de alcançar a população contando apenas com os médicos sanitaristas dos poucos hospitais distribuídos em todo o Estado, foram organizadas atuações de professores e agentes públicos de saúde que tentavam controlar e prevenir os problemas gerados pelo rápido e desordenado crescimento das cidades e pelas condutas desregradadas da população. O processo seria de reeducação, com verdadeiro disciplinamento da população, o qual deveria se fundamentar na articulação entre higiene e também moral.

Compreende-se que não basta sanear o ambiente. O homem alheio à Higiene é o maior viveiro de germes patogênicos, e o mais ativo popularizador de moléstias. Só ele mesmo, pela sua própria vontade, aquecida pela educação moral e orientada pela instrução higiênica, poderá estancar a fonte morbígena. (ALMEIDA JUNIOR, 1922 *apud* ROCHA, 2003, p. 3).

Os problemas sanitários eram tidos como de ordem educativa e a solução pautava-se na criação de hábitos aprovados pela ciência. Nesse sentido, direcionava à criança a formação dessa nova conduta e aos adultos a instrução que pudesse reforçar alguns hábitos.

Para fiscalizar e orientar as novas atribuições, existia a Inspeção Sanitária das Escolas, serviço que complementaria a inspeção realizada pelo inspetor do Liceu do Ceará, Dr. Eliezer Studart da Fonseca. De acordo com Aderaldo (2003), Eliezer Studart era um funcionário afável, mas austero; orgulhava-se de não permitir “colas” nas provas e muito menos atitudes que trouxessem em risco à moral e à saúde dos alunos que faziam parte do respeitável estabelecimento de ensino.

Os alunos do Liceu do Ceará recebiam uma visita do inspetor sanitário, que começava pela sala de aula, notando o asseio do assoalho, paredes, peitoris das janelas,



arranjo, limpeza dos móveis e material escolar, ventilação, iluminação pelas janelas, os cuidados com a água de beber, entre outros. Ao inspetor cabia comentar e criticar, dando acerca do modo de varrer, de transportar o lixo, limpar os móveis e arejar. A inspeção deveria dirigir-se também ao pátio e às instalações sanitárias. A intenção era de que a escola recebesse de 6 a 8 visitas no ano letivo, procurando criar nos alunos a prática de também inspecioná-la.

O Regulamento da Diretoria Geral de Higiene do Ceará, publicado em 8 de novembro de 1919, indica que esse serviço deveria contemplar estabelecimentos públicos e particulares de ensino primário, secundário e profissional, tendo como objetivo principal a indicação das medidas higiênicas quanto à situação e construção dos edifícios escolares. Além disso, fazia-se necessário zelar para que, na escolha do mobiliário escolar, dos métodos e progressos de ensino, das posições e atitudes dos alunos e em tudo o mais que dissesse respeito às funções pedagógicas, fossem atendidas as regras higiênicas indispensáveis ao bom desenvolvimento físico e mental dos alunos. Era função do mesmo serviço o tratamento das doenças transmissíveis, o exame individual dos doentes, alunos, empregados e a vacinação do pessoal da escola (Regulamento da Diretoria Geral de Higiene, Art. 386).

A preocupação em evitar doenças e de, principalmente, evitar epidemias, era tão presente e explícita que, na chamada aos alunos aprovados nos exames de admissão ao Liceu do Ceará eram feitas algumas exigências. Na ordem de prioridade estavam: 1) o pagamento da matrícula de 1\$000 réis; 2) a garantia de ser vacinado e não sofrer de moléstia contagiosa, comprovada mediante apresentação de uma atestado da Diretoria de Higiene (Diário do Ceará, 13 de janeiro de 1927).

### **3 Traços de um cotidiano escolar**

Foram grandes as dificuldades para encontrarmos fontes que pudessem nos trazer elementos sobre o funcionamento do Liceu do Ceará nesse período. No entanto, as atas de reuniões, ofícios e artigos publicados em jornais da época tornaram possível uma aproximação com os bastidores das reformas e com o que acontecia na escola desde então.





Excelente fonte para essas nossas expectativas foi o ‘<sup>1</sup>Regimento Interno do Liceu do Ceará de 1927’, aprovado por unanimidade pela Congregação de Professores. Através dele, descobrimos que a escola funcionava na Praça dos Voluntários e tinha dois cursos: um seriado e outro avulso, para aqueles alunos que já se encontravam no meio do curso, realizando os exames “de preparatórios”, antes da reforma de 1925.

O número máximo de alunos era fixado pelo Governo, anualmente, com base numa proposta elaborada pelo diretor, onde relatava as condições do estabelecimento. O aumento desse número seria possível, desde que fosse ampliada a estrutura física ou divididas as turmas.

As turmas não podiam exceder 40 alunos. Caso isso ocorresse, deveriam ser criadas turmas suplementares. Para as primeiras turmas, ou turmas efetivas, eram escolhidos os alunos que tivessem obtido melhores notas no exame de admissão, ou melhores médias nos testes do ano anterior.

As matérias eram: Português, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Literatura Brasileira e Literatura das Línguas Latinas, História do Brasil, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, Física, Química, Instrução Moral e Cívica, Geografia Geral, Corografia do Brasil, Cosmografia, História Universal, História Natural, Filosofia, História da Filosofia e Sociologia. A disciplina Instrução Moral e Cívica viria para ensinar crianças e jovens “noções positivas” dos deveres do cidadão na família, na escola, na pátria, e em todas as manifestações do sentimento de solidariedade humana, comemoração de datas nacionais, dos grandes fatos da história pátria, da história universal e homenagem aos grandes “vultos” representativos da história do Brasil (Regimento Interno; Art. 13; § 3º).

Também era ministrada a Instrução Militar, confiada a um sargento do exército, podendo o diretor no Liceu solicitar um auxiliar. Para ambos (sargento e auxiliar), eram abonadas gratificações mensais calculadas pelo Governo. Não era obrigatório que os alunos se apresentassem em marcha fora do Liceu, a não ser que fosse para obter as carteiras de reservistas. Era facultada a matrícula aos meninos em caso de inaptidão, força física ou pelo

---

<sup>1</sup> Optamos por conservar o título original do documento; Regimento Interno do Liceu do Ceará



pedido dos pais, seguido de justificativa. Porém, uma vez matriculados, os alunos precisavam apresentar-se devidamente fardados: brim cáqui, perneiras pretas de couro, botinas pretas e boné de armação (Regulamento do Liceu de 1927; Arts. 187, 188, 189). As aulas contavam com as doações do 25º Batalhão, que cedia material para as aulas de tiro. Aconteciam sempre pela manhã, antes do almoço, impedindo passeatas na ‘hora do calor’. (OFÍCIO expedido pelo Diretor do Liceu em 15 de setembro de 1922).

Os programas das disciplinas eram formulados por professores responsáveis pelo ensino de cada uma delas e deveriam ser aprovados pela Congregação, anualmente. Quando não fossem produzidos no Liceu do Ceará, havia três opções: 1) adotar o programa do ano anterior; 2) ou o do Colégio Pedro II ou de um outro estabelecimento equiparado; 3) ou solicitar comissão especial que o fizesse. Ao final de cada programa, eram indicados os livros a serem usados pelos professores. Esses programas eram impressos em folhetos, distribuídos no início do ano e entregues ao secretário que ficava a cargo da venda dos demais, recolhendo a renda a cofres públicos, mensalmente.

O ano letivo era dividido em dois períodos - abril a julho/ agosto a novembro -, existindo 15 dias de férias no meio do ano. Não havia aulas nos domingos, feriados nacionais, estaduais ou municipais, no dia em que fosse sepultado qualquer professor do estabelecimento, assim como no dia 19 de outubro, dia de aniversário da escola.

As aulas aconteciam de segunda a sábado. Começavam às 8 da manhã, e os alunos precisavam estar na escola 10 minutos antes de começar a primeira do dia. Ocorrendo atraso, seria preciso justificar-se ao professor e cabia a esse permitir, ou não, a entrada. Também era de decisão do professor deixar, ou não, o aluno ausentar-se da sala de aula por qualquer motivo que ele apresentasse.

Os sinais para as diferentes atividades escolares eram anunciados pelo toque da sirene: toque prolongado – entrada para a aula; dois toques – instrução militar; um toque – término de uma aula ou da instrução militar (Regimento Interno do Liceu, Art. 397)

A falta era marcada pelo bedel na ficha individual que cada aluno possuía junto à secretaria do estabelecimento e, no primeiro comparecimento da família, era anunciada.



Estava reprovado o aluno que faltasse a mais de 40 aulas de qualquer disciplina. Cada aula durava 50 minutos, havendo entre uma e outra um intervalo de 10 minutos, obrigatórios. Sempre que possível, era mantido um intervalo de 48 horas entre duas aulas da mesma disciplina e os alunos não teriam por dia mais de 4 aulas teóricas.

Anualmente os alunos eram levados a pagar uma taxa de matrícula que valia pelo ano em questão. Eram conferidas duas bolsas até o final do ano: uma ao aluno de melhor destaque no exame de admissão ou nos exames do ano anterior, e outra a um aluno escolhido pelos próprios colegas após reunião com o vice-diretor do estabelecimento.

Os critérios principais de escolha, segundo a necessidade, era que fossem órfãos de pai e mãe, órfãos de pai, filhos de funcionários públicos ou filhos de operário, apresentando o “atestado de pobreza”, não podendo ser concedidas ambas as bolsas para irmãos (Regimento do Liceu de 1927, Art. 191; decreto nº 16.789-A, Art. 239).

Era vedada a matrícula ou renovação para aquele aluno que durante o curso tivesse sido reprovado ou ainda apresentado um comportamento ruim, sendo classificado como “um elemento de indisciplina”. Da mesma forma, estavam fora do Liceu aqueles alunos que tivessem sido expulsos ou suspensos de outros estabelecimentos oficiais e/ou equiparados. Os alunos já matriculados que fossem suspensos teriam as faltas contadas em dobro no período em que estivessem afastados da escola em decorrência da punição. Após a matrícula, cada aluno recebia um cartão de identificação, assinado pelo diretor do colégio, e toda a relação era publicada no jornal oficial.

Bimestralmente eram classificados os alunos que deveriam ocupar o banco de honra, onde a escola prestava uma homenagem àqueles que conseguiam a aprovação nos exames altamente rigorosos com boas notas. A expressão “banco de honra” não representava uma metáfora. Eles existiam fisicamente em cada aula e eram concedidos pelos professores àqueles alunos que obtivessem médias acima de sete.

Ao todo eram seis bancos colocados sempre na primeira fila da sala. Além disso, era feito um quadro no qual se gravavam os nomes de todos os “alunos banco de honra” e exposto na portaria do colégio (Regulamento do Liceu de 1927; Art. 183); ou seja, a distinção





entre esses jovens era feita dos que estavam fora para o que estavam dentro do Liceu, mas também entre os próprios colegas.

Todas as fases eram abertas ao público. Por ser de interesse da sociedade saber quem estaria à frente da educação de seus jovens, faziam-se presentes ao salão da escola pessoas ilustres, como vereadores, deputados estaduais, funcionários públicos de cargos importantes e alguns ex-alunos do Liceu do Ceará.

Ser professor do Liceu era, certamente, oficializar uma intelectualidade admirada socialmente e, por conseqüência, essas pessoas estariam sempre “bem relacionadas”. Para ilustrar, no Ofício expedido em 8 de setembro de 1925, o diretor do Liceu agradece ao Sr. Manuel Dantas de Araújo pelo convite feito à escola, para que fossem providenciados representantes (professores e alunos) a se fazerem presentes à festa de inauguração da Estrada de Ferro.

Mesmo sendo considerados bons professores, existia um debate, embora incipiente, em torno da necessidade de criar estabelecimentos próprios para a formação de professores de ensino secundário, o que não se restringia a formar apenas os professores do Liceu mas também e todos os estabelecimentos que fornecessem esse tipo de ensino, inclusive o profissionalizante. Falamos ‘incipiente’ porque eram poucas as vozes que traziam o assunto. A Reforma João Luiz Alves, apesar de ter cogitado a idéia de formar os professores do ensino secundário, não a pôs em prática. Só no início da década de 1930, após o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, a divulgação dessa demanda tornou-se mais efetiva.

Em documento produzido pelo inspetor do Departamento Nacional de Ensino do Ceará, Eliezer Studart, é ressaltada a importância de a sociedade reconhecer o professor como peça central do ensino:

Já é tempo da nação compreender que um professor não é um mero funcionário público, como outro qualquer, mas que lhe exerce uma alta e delicada missão social. Sobre cujos ombros recae a mais grave responsabilidade, é ele um formador de mentalidades, um orientador de gerações. Delle se exige, por isso mesmo e deve se exigir, alguma coisa do que o simples cumprimento do dever, deve exigir-se abnegação e sacrifício. (OFÍCIO elaborado pelo Inspetor do Departamento de Ensino do Ceará, enviado ao professor Tigueira de Mello em outubro de 1928).



Nota-se a idéia de sacrifício que acarretava a “profissão-professor” que, apesar de considerada importante pelo Inspetor, tinha cunho de sacerdócio. Também foi o Dr. Eliezer Studart que insinuou, por parte do Liceu do Ceará, a criação de escolas normais superiores ou institutos superiores do Ensino Secundário, em que os professores pudessem receber uma “cultura pedagógica, sem a qual não deveriam ensinar”. E, enquanto isso não fosse feito, as próximas reformas tendiam a fracassar, como acontecera com as anteriores.

O corpo docente do Liceu contava com 25 professores no ano de 1927, entre catedráticos, docentes - livres<sup>2</sup> e auxiliares (RELATÓRIO de Governo de 1927). Ao professor cabia o dever de ensinar da melhor maneira possível todos os programas de suas matérias, comunicando à Congregação as possíveis dificuldades em desempenhar tal tarefa. Era ele o responsável pela ordem dentro da sala de aula, não sendo permitida nenhuma interferência no momento em que ele se encontrasse em sala.

Outro grande acontecimento era a solenidade de colação de grau de bacharel em Ciências e Letras, conferida ao aluno concludente do 6º ano, após pagar as taxas de certidão de todos os exames. A festa tinha cunho literário e artístico, não sendo permitido nem aos alunos, muito menos aos seus paraninfos, fazerem “apreciações políticas, administrativas ou doutrinárias” durante seus discursos. Era facultado o uso do anel de graduado tradicional, assim como a confecção da placa dos bacharéis. Caso houvesse, porém, ela seria exposta no salão do estabelecimento. Àqueles alunos de maior destaque diante da turma era prestada uma homenagem especial, tendo também os seus retratos colocados no salão nobre da escola.

### **Considerações Finais**

Por muitas, vezes deixamos esclarecida a noção de que nosso objeto de estudo foi o ensino secundário no Ceará, entre os anos de 1918 a 1930; não completamente o ensino secundário, mas, especificamente, o ensino secundário público, de caráter geral, responsável

---

<sup>2</sup> Os professores “docentes livres” tinham as mesmas atribuições que os catedráticos, no entanto eram professores das turmas suplementares.



pela última formação escolar de crianças e de jovens. Como maneira de representar essa escola temos no cenário local apenas uma instituição - o Liceu do Ceará, criado em 1845 e existente até os dias atuais.

Desvelando literatura e fontes, fomos, cada vez mais, encontrando algumas características dessa escola, independentemente da época em que se encontrava. Cuidamos de ressaltá-las e comentá-las, assim como de trazer, também, aquelas que apareceram quase que de surpresa no cenário do ensino secundário.

Inicialmente, tratamos da maneira como foi organizado o ensino secundário na Primeira República. Uma crítica que já existia antes e permanece depois do período analisado foi, principalmente, a dificuldade de se instalar uma escola para o Brasil, para o Ceará, que viesse das necessidades e realidade locais.

Conclui-se que o ensino secundário de caráter geral, promovido em escolas como os Liceus e o Colégio Pedro II, apesar de apresentar algumas falhas pedagógicas, era destinado às classes mais favorecidas economicamente. O elevado número de analfabetos dificultava que as pessoas em idade escolar conseguirem passar pela escola elementar. Assim, a demanda que chegava aos liceus, incluindo o Liceu do Ceará, era resultado de um afunilamento das oportunidades e isso influenciava no reconhecimento do Liceu como uma escola de qualidade.

Num paradoxo curioso, a escola de poucos e para poucos, todavia, também enfrentava dificuldades. O ensino secundário, mesmo consistindo em uma escola para a elite, para a ascensão social, que primava pelo rigor tradicional, também sentia a necessidade de novas salas, de serem contratados outros professores e alocados mais recursos.

Ser escola de qualidade era um constante empenho em manter na escola bons professores e também bons alunos. Alunos reprovados, indisciplinados ou mesmo que apresentassem dificuldades em aprender, facilmente, eram afastados do Liceu. Algumas vezes, o afastamento dava-se por conta do próprio aluno, que não estava disposto ou não conseguia se adaptar ao rigor e ao conteúdo enciclopédico que a escola lhe impunha. Parece,





realmente, que era mais fácil construir uma escola que desempenhasse um bom ensino se fosse formada, exclusivamente, por alunos que já sabiam aprender.

Por vezes o Liceu reconhecia a importância da formação de professores do ensino secundário, pois já era possível identificar a noção de que para o magistério não bastava apenas o conhecimento da matéria a ser ensinada. Surgia a necessidade de formar professores que dominassem a dimensão pedagógica e que tivessem mais domínio sobre as questões relativas ao processo de ensino-aprendizagem. A formação desses docentes, no entanto, não saía do plano das idéias.

Através das fontes, percebemos que o Liceu era influenciado pelo contexto de sua época, principalmente, no que dizia respeito às idéias do higienismo e do nacionalismo. A Reforma João Luiz Alves cuidou de criar a cadeira Educação Moral e Cívica, e também era ofertada a Instrução Militar, para que fossem criados os hábitos necessários para formar o homem civilizado.

Como pudemos ver, este trabalho nos traz vicissitudes da história brasileira, da história da educação, e também da política educacional. Além disso, representa uma ajuda à preservação do patrimônio imaterial do Liceu do Ceará, escola de significativa importância para a história do próprio Estado. Apresentar o passado e, sobretudo, entendê-lo é um caminho imprescindível para que possamos buscar novos e melhores rumos para a educação.

## REFERENCIAS

ADERALDO, Mozart Soriano. O Liceu do Meu Tempo. In: NOGUEIRA, Ana Maria (Org.). *O Liceu do Meu Tempo: 160 anos de história*. Fortaleza: Premium, 2005.

ALVES, Joaquim. O ensino primário na primeira metade do século XX. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo LXVIII, p. 128-142, 1954.

AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima. *Filgueiras Lima*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.



DOSWORTRH, Henrique. *Cem anos de Ensino Secundário no Brasil: 1826 – 1926*. Rio de Janeiro, 1968.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 1976.

\_\_\_\_\_. A importância da pesquisa histórica no campo educacional. (Palestra de abertura do I Encontro de Historiadores da Educação Cearense). In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Org.). *História e Memória da Educação no Ceará*. Fortaleza: Editora UFC, 2002.

PATTO, Maria Helena Souza. *A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação Escolar e Higienização da Infância. Campinas: *Cadernos CEDES*, v. 23, n. 59, 2003.

SOUSA, J. Moreira. *Sistema Educacional Cearense*. Recife: MEC/INEP, [s/d].